

Para além dos acontecimentos políticos: diversidade temática e distância histórica nos apêndices da *História da Inglaterra*, de David Hume

Beyond political events: thematic diversity and historical distance in the appendices of David Hume's History of England

<https://doi.org/10.26512/rhh.v13i27.56370>

Pedro Eduardo Silva

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0003-2548-9212>

pedro.eduardo@unb.br

Resumo

A *História da Inglaterra* é o mais abrangente trabalho histórico da obra de David Hume. Publicada pela primeira vez entre 1754 e 1762, ela tem sido costumeiramente impressa em seis volumes desde 1778. É usual que eles apareçam compostos de setenta e um capítulos e quatro apêndices, acompanhados de paratextos, ilustrações e conjuntos de notas. Contudo, o objetivo deste artigo será olhar tão-só para os apêndices da *História*, argumentando que tais seções contêm as passagens mais representativas das inovações estilísticas propostas por Hume. Entendidos por ele como momentos de suspensão da narrativa principal, os apêndices alvitram uma conciliação entre as formas neoclássica e filosófica de historiografia, os dois gêneros dominantes de escrita da história no mundo de língua inglesa, por volta de 1750. Além disso, por sua natureza digressiva e ensaística, esses segmentos permitem a Hume a emissão de julgamentos e opiniões acerca do passado tematizado, exibindo uma noção tipicamente setecentista de imparcialidade historiográfica.

Palavras-chave

David Hume; Distância histórica; Imparcialidade; Historiografia anglo-saxã

Abstract

The History of England is David Hume's most comprehensive historical work. It was first published between 1754 and 1762 and has customarily been printed in six volumes since 1778. It is usual for them to appear composed of seventy-one chapters and four appendices, accompanied by paratexts, illustrations, and sets of notes. Nevertheless, this article aims to focus only on the appendices of the *History*, arguing that these sections contain the most representative passages of the stylistic innovations proposed by Hume. Perceived by him as moments of suspension of the main narrative, the appendices suggest a reconciliation between the neoclassical and philosophical forms of historiography, the two dominant genres of history writing in the English-speaking world around 1750. Moreover, due to their digressive and essayistic nature, these segments allow Hume to issue judgments and opinions about the thematized past, displaying a typically eighteenth-century notion of historiographical impartiality.

Keywords

David Hume; Historical distance; Impartiality; Anglo-Saxon historiography

A História da Inglaterra e seus apêndices

Não é sem sentido afirmar que a obra filosófica de David Hume (1711–1776) é tão notável quanto a sua incursão nos estudos históricos. Desde a publicação anônima de seu *Tratado da Natureza Humana*, entre 1739 e 1740, e até o lançamento de sua *História da Inglaterra da Invasão de Júlio César à Revolução de 1688*, publicada em múltiplos volumes entre 1754 e 1762, diversas passagens de seus textos revelam um profundo interesse pela pesquisa e apresentação históricas e o reconhecimento de sua indispensabilidade para a vasta ciência do homem que — pelo menos desde finais da década de 1720 — Hume teorizava.¹ Como sugerido por Mark Spencer, a história e a filosofia são equitativamente presentes da juventude à maturidade nos escritos do filósofo e historiador escocês, e a admissão de tal equivalência é o primeiro passo para que se conceba o cânone de Hume em sua totalidade.² Ainda segundo Spencer, somente a partir de tal assunção é possível enxergar claramente as contribuições de Hume para os campos e subcampos do saber que hoje percebemos como disciplinas tão distintas quanto a história, a filosofia, a ciência política, a economia e os estudos da religião.³

No que diz respeito à produção de conhecimento histórico, em meados dos anos 1700, Hume encontrava-se imerso em uma cena historiográfica marcada pela tensão entre os gêneros da nascente história filosófica e da neoclássica, as duas formas dominantes de se produzir historiografia na Grã-Bretanha à época.⁴ Todavia, chama a atenção o fato de que ele foi disruptivo ao mesclar elementos de ambos os modos de escrita da história em seus *Ensaio*s de cariz

¹ É na seção introdutória de seu *Tratado da Natureza Humana*, especialmente nos parágrafos 6 a 10, que Hume afirma seu desejo de desenvolver uma ampla ciência do homem. Para ele, tal empreitada se basearia na aplicação do método experimental a assuntos morais. Na visão de Hume, o sucesso de tal método nas ciências da natureza era um presságio da possibilidade de sua aplicação àquelas ciências mais intrinsecamente ligadas aos assuntos humanos. O resultado desse avanço seria um completo sistema das ciências, que permitiria uma extensiva compreensão da experiência e das atividades humanas, exceto geometria e aritmética. HUME, David. *A Treatise of Human Nature: A Critical Edition*. Volume 1, Texts. NORTON, David Fate; NORTON, Mary J. (eds.). Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 4–5.

² SPENCER, Mark G. *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. State College: Penn State University Press, 2013, p. 1.

³ *Ibid.*, p. 1–2.

⁴ Philip Hicks oferece uma das melhores definições da vertente anglo-saxã da historiografia neoclássica, resumindo os debates sobre os protocolos de escrita da história no mundo anglófono de 1600 a 1750 (Cf. p. 23–45). É também Hicks quem melhor sintetiza a faceta neoclássica da historiografia de Hume, apesar de pouco falar de seu lado filosófico (Cf. p. 170–209). HICKS, Philip. *Neoclassical History and English Culture: From Clarendon to Hume*. New York: St. Martin's Press, 1996.

mais histórico e, sobretudo, na *História da Inglaterra*. Ao promover uma conciliação entre as demandas tipicamente setecentistas por histórias abrangentes e a manutenção de componentes reelaborados pelos humanistas ingleses tardios, isto é, de meados do século XVI, Hume se projetou como um historiador de balanços.⁵ Na avaliação de Mark Phillips, ele foi — entre o centro do século XVIII e início do XIX — o historiador que melhor controlou os lados político-ideológico e poético da distância histórica.⁶

As reflexões históricas mais elaboradas de Hume surgem nos seus multitemáticos trabalhos a partir da década de 1740, após a primeira impressão do *Tratado*. Nicholas Phillipson e Victor Wexler argumentam que, a partir desse ponto, a história se tornou uma referência crucial para os estudos do jovem filósofo e historiador sobre política, moralidade e epistemologia, destacando-se em seus *Ensaio*s e outros escritos publicados entre 1741 e 1752, e nas *Investigações sobre o Entendimento Humano e sobre os Princípios da Moral*, publicadas em 1748 e 1751, respectivamente.⁷ Embora essas reflexões historicamente orientadas sejam vitais para a obra humeana, muitos estudiosos da filosofia do autor tendem a concordar que seu trabalho histórico mais notável é a *História da Inglaterra*, que cobriu um período de mais de dezessete séculos, da chegada das tropas de César à Grã-Bretanha até a Revolução Gloriosa de 1688.⁸ Alvo de mais de duas mil revisões desde a sua primeira publicação completa em 1763 até a morte do autor em 1776, a *História* foi o projeto de Hume que lhe deu maior visibilidade e renda.⁹ Em outras palavras, foi a

5 Hicks também oferece uma boa síntese da relação entre aquilo que ele entende como o tardio humanismo inglês e a historiografia. HICKS, 1996, p. 22–25.

6 PHILLIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment: Genres of Historical Writing in Britain (1740–1820)*. Princeton: Princeton University Press, 2000, p. 60–62. Phillips entende que a noção de distância histórica resume os desafios enfrentados por historiadores em suas narrativas. As distâncias por eles definidas, no geral, são fruto das complexas relações entre suas ambições literárias, suas posições ideológicas e seus desejos de inteligibilidade. Para mais, Cf. PHILLIPS, Mark Salber. *On Historical Distance*. New Haven: Yale University Press, 2013, p. 1–24. BEVIR, Mark. Por que a Distância Histórica Não é um Problema. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 8, n. 15, p. 11–28, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/838>, acesso em 5 dez. 2024.

7 PHILLIPSON, Nicholas. *David Hume: the Philosopher as Historian*. New Haven: Yale University Press, 2012, p. 10. WEXLER, Victor. *David Hume and the History of England*. Philadelphia: Philosophical Society, 1979, p. 7–8.

8 Apesar de diversas discordâncias, os dois textos biográficos de referência, o de Ernest Campbell Mossner, de 1954 — atualizado em 1980 —, e o de James A. Harris, de 2015, concordam sobre o papel fundamental da *História da Inglaterra* sobre a carreira de Hume. MOSSNER, Ernest Campbell. *The Life of David Hume*. Oxford: Clarendon Press, 1980, p. 301–318. HARRIS, James A. *Hume: An Intellectual Biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 408.

9 HOLTHOON, Frédéric L. van. Hume and the 1763 Edition of his *History of England*: His Frame of Mind as a Revisionist. *Hume Studies*, v. 23, n. 1, p. 133–152, 1997. Disponível em:

História que o tornou famoso e rico. Em seus setenta e um capítulos, quatro longos apêndices e nas inúmeras notas de rodapé e notas de fim, a extensa composição tomou por empréstimo os estilos de Tucídides e de Tácito e os acomodou à essência da história filosófica setecentista; ou seja, o desejo de desvelar, a partir da investigação do passado, verdades universais as quais seriam descortinadas a partir de regras e procedimentos teorizados de pesquisa da história.

Nesse sentido, a *História da Inglaterra* de Hume foi largamente atravessada pelo “olhar filosófico” setecentista, agregando-o às práticas historiográficas do projeto intelectual e político europeu, altamente ressonante na Escócia, que se tornou posteriormente conhecido como Iluminismo.¹⁰ Para alguns escoceses escritores de história da época — dentre eles Hume, Adam Ferguson e William Robertson —, a interpretação histórica deveria deslocar para o centro da análise a natureza humana, seus comportamentos e suas paixões. Isso resultaria em uma diversificação dos passados tematizados e conduziria à escrita de histórias que falariam sobre mais do que somente a ação dos agentes, trazendo para o primeiro plano também suas experiências e percepções. Na prática, isso permitiu que as histórias desses três autores, mas em especial as de Hume e Robertson, incorporassem notas sobre o cotidiano; ponderassem acerca de aspectos da vida privada e sua relação com o social; considerassem o impacto da simpatia e das paixões sobre as ações humanas; e, por fim, reflexionassem sobre os comportamentos e os costumes em diferentes épocas e espaços. Figuras como Murray Pittock, por exemplo, atribuem isso ao fato de que o grau de universalidade almejado pelas histórias filosóficas de Hume e Robertson exigia que seus textos enquadrassem as análises em cronologias de longa duração, abordassem diferentes espaços e retratassem uma infinidade de experiências individuais e coletivas.¹¹

De qualquer maneira, a proposta deste texto é olhar exclusivamente para as partes da *História da Inglaterra* de Hume que ele, juntamente a outros agentes

<https://muse.jhu.edu/article/382989?ref=rc>. Acesso em 24 nov. 2024, p. 134–135. HARRIS, James A. *Hume: An Intellectual Biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 408.

¹⁰ É Mark Phillips quem usa o termo “philosophical eye”, aqui livremente traduzido como “olhar filosófico”, para resumir o desejo de Hume de tratar das “coisas que afetam muitos” e não daquelas que afetam poucos. Hume afirmou isso em seu ensaio *Of the Rise and Progress of the Arts and Sciences*, publicado em 1742. Para Hume, uma história escrita com o “olhar filosófico” seria aquela capaz de dirigir o foco para os climas de opinião e sua influência sobre os interesses, os medos e as afeições da humanidade. Cf. PHILLIPS, 2000, p. 49–50.

¹¹ PITTOCK, Murray. *Historiography*. In: BROADIE, Alexander (ed.). *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 264–273.

culturais envolvidos na tradução de seu manuscrito para livro, optou por intitular apêndices. Ao alocar séries de observações e ponderações históricas em tais seções — ou seja, apartadas dos capítulos numerados, que encadeados compõem a narrativa principal — Hume entendeu que determinados assuntos e formas de exame deveriam se apresentar aos leitores como digressões do fio narrativo. Essa estratégia editorial permitiu que, aos capítulos numerados do texto, acoplassem-se temas que rodeavam ou se interseccionavam com os eventos políticos que dão o tom da narrativa de acontecimentos. Localizados após os capítulos III, XI, XLIV e XLIX na edição de 1778 da *História*, argumenta-se aqui que é nos quatro apêndices que as inovações estilísticas e temáticas propostas por Hume se fazem mais visíveis.

É, portanto, em tais seções que Hume diversifica os ângulos de análise e calibra a linguagem para fazer apreciações sobre as práticas comerciais, os costumes, a cultura e as artes ao longo da história da Inglaterra. É também nesses trechos que o autor procura formas alternadas de distância histórica. Ou seja, enquanto geralmente há nos capítulos numerados uma preferência por um tom mais elevado e distante — característicos de uma narração neoclássica de acontecimentos —, nos apêndices, o historiador se aproxima de seus leitores e emite opiniões diretas sobre a sua percepção dos fatos históricos ali construídos. Desse modo, parte-se aqui do pressuposto de que criar apêndices foi uma das estratégias empregadas por autores setecentistas para que em suas histórias coubessem meditações sobre temas não ligados à história política acontecimental. Isto é, penetraram nas histórias objetos que hoje seriam associados aos gêneros da história cultural e da social e que eram, por volta de 1750, tipicamente entendidos como mais apropriados ao domínio dos ensaios ou, até mesmo, dos romances.¹² De mais a mais, a prática de se criar apêndices também coadjuvou para que se delineasse uma noção bastante complexa de imparcialidade, possibilitando que procedimentos discursivos ainda não concebidos pelos mais populares manuais de retórica e belas letras da época como pertencentes ao gênero histórico se fizessem presentes — ainda que desviados da sequência narrativa prevalecente — em textos de história.

Sendo assim, este artigo consistirá em um percurso descritivo e exame analítico dos apêndices da *História da Inglaterra*, de David Hume. O objetivo será

12 DUARTE, João de Azevedo e Dias. História, Romance e a “Narrativa Filosófica” no Iluminismo Britânico. *Estudos Históricos*, v. 30, n. 62, p. 555–572, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/69132/70171>. Acessado em 5 dez. 2024, p. 562–563.

identificar suas principais coordenadas temáticas e dissertar sobre as estratégias retóricas empregadas por Hume para tematizar os passados relegados a tais seções. Ao final, haverá uma breve conclusão. Em suma, intenta-se ratificar que, quando lidos em separado, os apêndices revelam-se inovações daquilo que se preconizava como história nos principais tratados da arte histórica e nos manuais de retórica e belas letras publicados no mundo anglo-saxão até meados do século XVIII; isto é, anteriores aos manuais de Hugh Blair e Adam Smith. Um dos principais elementos polarizadores da recepção da *História da Inglaterra* de Hume desde sua primeira impressão completa em 1762, os apêndices foram repetidamente deslocados em edições posteriores e sofreram múltiplas inserções e excisões até a última edição com as correções do autor, publicada em 1778. Por isso, quando se dedica atenção especial a eles, nota-se uma unidade peculiar, que se caracteriza por um desenho especial da história dos componentes que se entrelaçavam com a história política da Inglaterra, da invasão de César aos eventos de 1688. Além disso, visto que nos apêndices estão contidos os trechos opinativos mais diretos de Hume sobre as temáticas que ele considera importantes aos seus leitores, deve-se ter em conta que essas seções do texto permitem a historiadores das ideias de Hume dirigirem sua atenção à dimensão pré-cognitiva dos sentidos por ele atribuídos aos elementos da realidade histórica escrutinados ao longo da *História*.

Conteúdo e linguagem dos apêndices

O primeiro apêndice da *História*, na edição de 1778, surge logo após o capítulo III.¹³ Como os capítulos I e II são quase integralmente dedicados à exploração das dinâmicas políticas da Inglaterra anglo-saxã, o primeiro apêndice é uma avaliação dos costumes, dos hábitos, das relações sociais e do funcionamento das instituições governamentais legadas à Inglaterra medieval pelos saxões. O período tratado compreende um espaço de mais de mil anos, do século I a.C. até 1066, quando ocorreu a Batalha de Hastings. Hume abre a seção com uma apreciação detalhada dos saxões, sua origem e seus valores. Para ele, a mais importante reminiscência do período saxônico foi o seu apego à independência; apesar de que, como ele próprio critica, seus atos foram pouco restringidos pela lei e seus líderes quase nada ativos no cultivo

13 HUME, David. *The History of England: From the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. vol. 1. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.

às ciências e às artes.¹⁴ Na sequência do argumento, lê-se que a forma de governo desses povos germânicos — e de todas as tribos do norte que se consolidaram e se desenvolveram sobre as ruínas de Roma — era representativa de ideais de independência e de alguma liberdade, mas não da *verdadeira* liberdade, como parte dos historiadores e antiquários setecentistas de tendência *whig* afirmavam.¹⁵ Essa consideração foi fundamental para a recepção posterior da *História da Inglaterra*, uma vez que esse apêndice permitiu que Hume discordasse abertamente de parte significativa de tal historiografia, que de maneira equivocada interpretava o Wittenagemot como a fundação do parlamento moderno, em uma instrumentalização controversa — e movida pelo faccionalismo, acreditava Hume — da história medieval da Inglaterra.¹⁶

Portanto, é razoável dizer que Hume oferece uma explicação detalhada das instituições, costumes e hábitos dos povos germânicos, entendendo-os como habituados à independência, mas não necessariamente a um tipo ideal de liberdade. Isso se dava porque sua forma de governo se revelou continuamente arbitrária e aristocrática, e os anseios do povo eram elaborados como aspirações acanhadas e de parca relevância. Tal aspecto se deixava transparecer no apego dos saxões às armas e no fato de que a liberdade que cultivavam era quase sempre posta em xeque pelas circunstâncias de violência, convulsão, desordem e instabilidade que eles próprios criavam em seus reinos.¹⁷ De toda maneira, apesar da aparente parcialidade com que Hume avaliava o tipo de liberdade que os saxões carregavam consigo e de sua crítica à leitura dominante à época de que a origem do parlamento moderno estava nas instituições saxônicas — em especial no Wittenagemot —, ele via o modelo de liberdade saxônica como basilar para que a ilha da Grã-Bretanha tivesse se livrado do despotismo militar trazido pelo Império Romano.¹⁸ Almejando granjear uma vertente inédita de balanço historiográfico, Hume afirmou que os romanos não foram capazes de resistir aos esforços dos “livres saxões” e a

14 Ibid., p. 161–162, 168–169. É na página 168 que Hume diz: “no geral, não obstante a liberdade aparente ou a licenciosidade dos anglo-saxões, a massa de cidadãos, mesmo os livres, nesses tempos, gozaram de muito menos verdadeira liberdade, do que em outros locais nos quais a execução das leis era mais severa e onde os sujeitos eram mais restringidos por uma rígida subordinação e dependência aos magistrados civis.” (grifo nosso). Tradução do autor de: “On the whole, notwithstanding the seeming liberty or rather licentiousness of the Anglo-Saxons, the great body even of the free citizens, in those ages, really enjoyed much less true liberty, than where the execution of laws is the most severe, and where the subjects are reduced to the strictest subordination and dependance on the civil magistrate.”.

15 Ibid., p. 160.

16 Ibid., p. 174.

17 HUME, David. *The History of England: From the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. vol. 1. Indianapolis: Liberty Fund, 1983, p. 161.

18 Ibid., p. 174.

seu espírito.¹⁹ Para Hume, o triunfo dos saxões sobre os romanos inaugurou uma época na ilha da Grã-Bretanha e, em alguma medida, na Europa. Isso entabulou um momento em que o continente se reconciliou com seu espírito pré-romano e abalou as bases que sustentavam a longa servidão ao autoritarismo e à arbitrariedade de príncipes do Sul.²⁰ Em consequência disso, a seção introdutória do primeiro apêndice é repleta de elogios frios e indiretos aos saxões, propondo uma descrição detalhada dos sentimentos trazidos por eles e elucubrações que intentam explicar como tais paixões foram basilares ao cultivo de uma forma de liberdade impossível de se desenvolver no Império romano, ainda que fosse, afirma Hume, de um tipo não ideal.²¹

Mesmo que generalizações e inferências como as acima apontadas tenham servido de escora a diferentes críticas às interpretações históricas de Hume, é intrigante notar que os apêndices por ele escritos abrigam uma miscelânea de história institucional e diagnósticos que hoje caberiam perfeitamente em histórias entendidas como culturais ou sociais, concatenando as histórias das instituições a representações dos comportamentos e costumes de sociedades em épocas e locais do passado. Se a recepção oito e novecentista do trabalho de Hume viu a sua psicologia racionalista e as suas afirmações universalizantes acerca da natureza humana como algo distante da história, muitos leitores e críticos do século XVIII a apreciaram.²² Em uma de suas mais recentes publicações, Mark Towsey reforçou que a *História da Inglaterra* foi, durante boa parte das últimas décadas do século XVIII, o livro de história mais emprestado em bibliotecas inglesas e escocesas.²³ Towsey salientou também que os leitores da *História* a consideravam um material a ser lido repetidas vezes, individual e coletivamente.²⁴ Desse modo, o texto era percebido como um livro que agradava e, acima de tudo, instruía.

As pesquisas de Towsey ainda demonstram que, na Inglaterra de meados dos anos 1700, homens e mulheres alfabetizados eram encorajados a entender o

19 Era comum que os principais manuais de retórica e belas letras da época atribuíssem à história a tarefa de explicar o espírito e o gênio dos agentes e dos existentes da história. Cf. PHILLIPS, 2000, p. 44.

20 HUME, op. Cit., p. 161–162.

21 Id., p. 161. O tom de balanço historiográfico de Hume é dado por uma conciliação entre a crítica direta aos saxões e seus costumes e hábitos rudes [rude manners] — os quais explicavam sua natureza violenta — e lapsos de generosidade e cultivo a um incipiente sentimento de liberdade.

22 PHILLIPS, Mark Salber. *On Historical Distance*. New Haven: Yale University Press, 2013, p. 61.

23 TOWSEY, Mark. *Reading History in Britain and America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 71.

24 Ibid., p. 71–72.

mundo pelas lentes da história.²⁵ Percebia-se o gênero, amplamente aceito como o mais nobre da prosa, como um complemento à educação que se buscava encontrar nas escolas e nas universidades. Por isso, as partes dos apêndices que meticulosamente explicam a expansão das vilas em cidades na Alta Idade Média, as que abordam considerações sobre o valor do dinheiro e as que reflexionam acerca do impacto da administração normanda sobre os costumes e hábitos dos habitantes da ilha da Grã-Bretanha a partir do século XI revelam-se como importantes indícios da tentativa de Hume de responder às demandas setecentistas por explicações históricas mais abrangentes e compreensivas. Nota-se igualmente tal aspecto nas cartas de Hume que evidenciam que ele associava o conhecimento histórico às suas funções extra cognitivas e estético-pedagógicas.²⁶ Nessas correspondências, o filósofo e historiador sublinha que concebia a imaginação histórica como um meio fundamental para o estímulo à educação cívica, o cultivo da moderação das paixões, a constrição do faccionalismo e o exercício da polidez.²⁷

Avançando nos apêndices, o segundo deles aparece, na edição de 1778, logo após o capítulo XI. É o apêndice II que comenta o governo, os costumes e os hábitos da Inglaterra anglo-normanda, cobrindo as origens e o progresso da lei à época. Além disso, ele contém uma descrição meticulosa das estruturas de poder daquilo que Hume chamou de “o governo feudal da Inglaterra”.²⁸ A esses comentários de cunho político-institucional soma-se uma densa análise da incipiência do comércio durante a dominação normanda. De toda forma, o que mais chama a atenção no apêndice II é o fato de servir como o principal veículo na *História* para que Hume julgasse o que a Magna Carta representou na história da Constituição inglesa, a partir de 1215. Palco das tensões mais explícitas entre as formas alternadas de distância histórica que o autor articula em seu texto, o segundo apêndice exhibe um conjunto de mobilizações parciais da linguagem as quais claramente entram em conflito com as pretensões professadas de imparcialidade que legitimaram o texto perante seu público nas quatro últimas décadas do século XVIII e pelo menos até 1848, quando Thomas Babington Macaulay publicou a sua *História da Inglaterra*. Assim, o segundo apêndice — mais do que qualquer outra parte do texto — mostra como o procedimento de Hume de avaliar certas épocas como boas ou ruins manifestadamente reflete a sua forma de experienciar o presente e

²⁵ Ibid., p. 3.

²⁶ HUME, David. *The Letters of David Hume*. v. 1. GREIG, J. Y. T. (org.). Oxford: Clarendon Press, 1954, p. 241–243.

²⁷ Ibid., p. 241.

²⁸ HUME, 1983, v. I, p. 466.

projetar o futuro da história inglesa. Nas muitas páginas do apêndice II, Hume a todo tempo menciona a importância da perpetuação de certas instituições, tradições e hábitos. Seu intuito é o de sensibilizar a comunidade de leitores para o fato de que a estabilidade política e social somente pode derivar de algum grau de consenso em uma população historicamente consciente e educada.

É crucial notar que o período entre a conquista normanda, no século XI, e a Magna Carta de 1215 interessava a Hume por um evento político em especial: a coroação de Henrique I, em agosto de 1100. Como notado por alguns comentaristas da *História*, a carta de coroação de Henrique — também conhecida como a Carta das Liberdades — era, desde finais do século XVI, dominantemente entendida por diversos historiadores como um antecedente direto da Magna Carta. Isso gerou as bases para a assunção de um mitológico antigo pacto constitucional sobre o qual a historiografia *whig* dominante alicerçava muitas de suas ressonantes leituras do passado.²⁹ Como para Hume a afirmação da existência de tal pacto era um ultraje, ele utiliza o segundo apêndice para, de forma enfática, emitir sua opinião e a justificar historicamente. Seu ponto é o de que o período era muito primitivo para que as leis fossem obedecidas da forma que tais interpretações historiográficas pressuporiam.³⁰ Para Hume, em um período no qual códigos jurídicos tinham influência irrisória e o poder da violência “governava tudo e todos”, era inconcebível a possibilidade de uma analogia entre as embrionárias e rudimentares leis da Idade Média e as sólidas leis da Inglaterra moderna.³¹ Sucede-se à sua linha de raciocínio uma descrição daquilo que Hume entendia como as “rudes formas de governo” da Inglaterra medieval e, na sequência, o fechamento do seu giro interpretativo sobre a Magna Carta. Foi o segundo apêndice que rendeu a Hume uma longa e injusta fama de historiador pactuado com as interpretações históricas *tory*, defendida na arena pública por críticos contemporâneos e do século posterior.

De toda forma, para Hume, a interpretação *whig* da Magna Carta estava errada em dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, os parlamentaristas da Inglaterra Stuart erravam em usar o precedente do século XIII, um perí-

29 ALBIERI, Sara. David Hume: Filósofo e Historiador. *Revista Mediações*, v.9, n. 2, p. 19–36, 2004. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9022>. Acesso em: 24 nov. 2024, p. 29–34.

30 HUME, 1983, v. I, p. 476.

31 *Ibid.*, p. 477.

odo em que a noção de parlamento no sentido moderno mal existia para justificar seu entendimento. Segundo, eles também se equivocavam ao interpretar a Magna Carta como um reforço do pacto constitucional de longa duração, uma espécie de confirmação da Carta das Liberdades, subestimando então o impacto da conquista normanda e da introdução da lei feudal na ilha da Grã-Bretanha. Por fim, o extenso e minucioso apêndice foi usado por Hume para expressar sua posição em relação a um tema político delicado de seu tempo: o papel dos Comuns na Inglaterra anglo-normanda. De maneira polêmica e baseando seus argumentos principalmente nas histórias eruditas de Robert Brady, Hume enfatizou que o prestígio e a preeminência dos Comuns na Inglaterra eram muito menores do que o argumentado pelos historiadores *whig* da segunda metade dos anos 1700.³²

Sobre tal debate, Hume ponderou:

Até o momento, a natureza de um conselho geral ou parlamento antigo é determinada sem qualquer dúvida ou controvérsia. A única questão parece ser com relação aos comuns, ou os representantes dos condados e distritos. Se eles também eram, em épocas mais antigas, partes constituintes do parlamento? Essa questão já foi discutida na Inglaterra com grande acrimônia, mas a força do tempo e das evidências é tão grande que às vezes pode prevalecer até mesmo sobre a facção; e a questão parece, por consenso e até mesmo por eles próprios, estar finalmente decidida contra o partido no poder. É consenso que os comuns não faziam parte do grande conselho até algumas eras após a conquista; e que somente os militares da Coroa compunham aquela assembleia suprema e legislativa.³³

De toda forma, a linguagem direta e opinativa de Hume e o embasamento de suas opiniões sobre aquilo que ele chama de “a força das evidências”

32 Os principais trabalhos de Brady referenciados por Hume são *An Introduction to the Old English History* (1684), *A Complete History of England* (1685), *An Historical Treatise of Cities and Burghs* (1690). Boas considerações sobre apropriações posteriores dos textos de Brady foram feitas por John Pocock, Cf. POCKOCK, J.G.A. Robert Brady, 1627–1700. *A Cambridge Historian for the Restoration*. *The Cambridge Historical Journal*, v. 10, n. 2, p. 186–204, 1951. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1351030>. Acesso em 4 dez. 2024.

33 HUME, 1983, v. I, p. 467. Tradução do autor de: “So far, the nature of a general council or ancient parliament is determined without any doubt or controversy. The only question seems to be with regard to the commons, or the representatives of counties and boroughs; whether they were also, in more early times, constituent parts of parliament? This question was once disputed in England with great acrimony: but such is the force of time and evidence, that they can sometimes prevail even over faction; and the question seems, by general consent, and even by their own, to be at last determined against the ruling party. It is agreed that the commons were no part of the great council, till some ages after the conquest; and that the military tenants alone of the crown composed that supreme and legislative assembly.”

reforçam algo que se nota em algumas de suas cartas escritas durante o processo de composição da *História*.³⁴ Hume acreditava que a história era um instrumento de persuasão e um veículo para julgamentos alicerçados sobre evidências do passado. Um popularizador e sintetizador, Hume se utilizou de documentos de época, cronistas, compiladores, antiquários e outros historiadores para embasar sua crítica e as opiniões que considerava centrais a seus leitores. É por isso que ao longo de toda a obra de Hume coexistem, em axiomática tensão, a defesa da imparcialidade — compreendida como um tipo de julgamento orientado pelo cuidado metódico e pela cautelosa reflexão — e a parcialidade de seus pontos de vista.³⁵ Didáticos e miméticos, os apêndices são os trechos onde mais claramente se percebe a crença de Hume na supracitada função estético-pedagógica da história, ao mesmo tempo que são também o local em que o autor tenta se libertar das amarras do decoro das narrativas humanistas em uma tentativa de experimentação com diferentes estratégias de explicação histórica. Em uma breve consideração sobre os apêndices, em um de seus trabalhos, Mark Phillips enfatiza que nesses momentos Hume quis garantir que todo leitor entendesse que a sua e todas as outras histórias requereriam mais de um nível de narrativa e de explicação.³⁶

Os trechos de apêndices da *História* de Hume que mais explicitamente indicam essa conciliação entre instrução filosófica e narrativa mimética aparecem quando o historiador analisa e descreve as lógicas operativas do comércio, da força militar, dos costumes e da educação no terceiro apêndice do texto.³⁷ Localizado no quarto volume da edição de 1778, após o capítulo XLIV, o apêndice III é reservado aos ajuizamentos do autor acerca da monarquia elisabetana na Inglaterra. Os trechos que o compõem, como se argumentará a seguir, são representativos do tom de Hume, já que é ali que também se fazem explícitas outras mobilizações da linguagem da imparcialidade, há pouco referida. Se, no apêndice anterior, Hume foi abertamente parcial por considerar a interpretação *whig* da história equivocada no que dizia respeito ao papel da carta de coroação de Eduardo I e da Magna Carta

34 HUME, 1954, p. 284–285.

35 Na teoria humeana do julgamento moral, o oposto da imparcialidade não    a parcialidade, mas sim o interesse ou a indiferença. Assim, a atitude de imparcialidade deve ser o ponto de partida moral de nossos julgamentos sobre a realidade, uma constric  o consciente de nossa incontornável parcialidade. Cf. DAMATER, Tam  s. *Morals before Objectivity: On the Relation of Moral Cognition and Moral Philosophy in Hume*. In: MURPHY, Kathryn; TRANINGER, Anita. *The Emergency of Impartiality*. Leiden: Brill, 2014, p. 338–340.

36 PHILLIPS, 2000, p. 52.

37 HUME, David. *The History of England: From the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. vol. 4. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.

sobre a história da Constituição inglesa, ele considerava a era elisabetana mais complexa e repleta de nuances as quais precisavam ser apreciadas com cautela e elucidadas a partir de formas alternadas de distância histórica.

Sobre isso, é fundamental destacar que a linguagem da imparcialidade funcionava no século XVIII como um instrumento retórico de legitimação do texto perante a audiência. Evidentemente, caso se julgue Hume a partir de uma ótica oitocentista ou ainda mais contemporânea, é inegável que sua *História* é enviesada e tendenciosa. Entretanto, como afirmado por Kathryn Murphy e Anita Traninger, o *topos* da imparcialidade era um lugar-comum nas estratégias de apresentação historiográfica no século XVIII.³⁸ Na lógica da época, como apresentada por Murphy e Traninger, essa imparcialidade setecentista não correspondia a uma suspensão total do julgamento histórico, mas à elaboração de uma forma de julgar que permitia aos historiadores uma atitude de abertura e distanciamento parcial perante os problemas abordados.³⁹ Além do mais, sob a perspectiva dos leitores do século XVIII, os balanços propostos e as opiniões emitidas pelos historiadores — tipicamente entendidos como imbuídos de uma certa autoridade — não necessariamente eram percebidos como uma contradição à atitude de imparcialidade endossada e professada por muitos deles.

De toda maneira, as opiniões de Hume sobre Elizabeth no segundo apêndice são importantes porque abrem caminho para aspectos fundamentais da interpretação que Hume constrói, em seguida, do período Stuart. O que Hume queria mostrar é que a historiografia *tory* dominante, em suas tentativas de legitimar a permanência da monarquia diante dos leitores de história dos séculos XVII e XVIII, adulava a rainha pelas razões erradas. Para Hume, Elizabeth deveria ser elogiada por aquilo que ele enxergava como as suas verdadeiras qualidades, algo que tinha pouco a ver com as interpretações *tory* — e, em menor escala, *whig* — sobre ela.

Assim, ao abrir o terceiro apêndice, Hume afirma:

38 MURPHY, Kathryn, TRANINGER, Anita (eds.). *The Emergency of Impartiality*. Leiden: Brill, 2014, p. 4–11.

39 Para além de Murphy e Traninger, Cf. também: ASSIS, Arthur Alfaix. Alexandre Herculano entre a Parcialidade e a Imparcialidade. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 13, n. 32, p. 289–329, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1525>. Acesso em: 24 nov. 2024. MUÑOZ, Nuria. Detrás de las palabras: usos políticos del concepto de imparcialidad e su función en la construcción de la América en la Ilustración Española. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 27, p. 202–225, 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1318>. Acesso em: 24 nov. 2024.

O partido entre nós, que se distinguiu por sua adesão à liberdade e a um governo popular, há muito tempo se entrega a seus preconceitos contra a raça de príncipes que ao poder ascenderam, ao fazer panegíricos sem limites sobre a virtude e a sabedoria de Elizabeth. Eles têm sido tão extremamente ignorantes de todas as transações desse reinado que a exaltam por uma qualidade a qual, de todas as outras, era a que ela menos possuía: uma terna consideração pela Constituição e uma preocupação com as liberdades e privilégios de seu povo. Mas, como dificilmente é possível que as preposições partidárias joguem um véu por muito mais tempo sobre fatos tão palpáveis e inegáveis, há o perigo de que o público corra para o extremo oposto e nutra aversão à memória de uma princesa que exerceu a autoridade real de maneira tão contrária a todas as ideias que atualmente temos de uma Constituição legal.⁴⁰

Nesse sentido, as verdadeiras qualidades de Elizabeth quase não tinham relação com seu apreço pela liberdade, mas sim, com sua estima pela cultura e pela educação. Para Hume, a era elisabetana foi um período de promoção e reavivamento das artes e do ensino.⁴¹ Ele enfatiza ainda que fundamentalmente Elizabeth (r. 1558–1603), mas também Maria I (r. 1553–1558), Eduardo I (r. 1547–1553) e Henrique VIII (r. 1509–1547), eram, em maior ou menor intensidade, interessados pelo aprender.⁴² Elizabeth, por exemplo, escreveu e traduziu uma série de livros, além de ter se dedicado por longos períodos ao estudo de grego e latim.⁴³ Contudo, a crítica de Hume — segundo ele jamais feita por historiador algum — sinalizava o fato de que esses monarcas, e os nobres que os rodeavam, em momento algum estimularam esses hábitos em outros segmentos da sociedade. Ou seja, a era elisabetana foi uma época na qual aquilo que Hume entendia como nobreza passou boa parte de seu tempo bajulando e entretendo a rainha, algo que estimulou as artes, a literatura e o teatro somente em círculos restritos, exclusivamente cortesãos e palacianos. Para mais, o terceiro apêndice traz descrições instrutivas do comércio e da navegação e indica que foi na era elisabetana que se firmaram

40 HUME, 1983, v. IV, p. 354. Tradução do autor de: "The party among us, who have distinguished themselves by their adhering to liberty and a popular government, have long indulged their prejudices against the succeeding race of princes, by bestowing unbounded panegyrics on the virtue and wisdom of Elizabeth. They have been so extremely ignorant of all the transactions of this reign, as to extol her for a quality, which, of all others, she was the least possessed of; a tender regard for the constitution, and a concern for the liberties and privileges of her people. But as it is scarcely possible for the prepossessions of party to throw a veil much longer over facts so palpable and undeniable, there is danger lest the public should run into the opposite extreme, and should entertain an aversion to the memory of a princess, who exercised the royal authority in a manner so contrary to all the ideas, which we at present entertain of a legal constitution."

41 Ibid., p. 363.

42 Ibid., p. 363–364.

43 Ibid., p. 363.

as bases do estabelecimento da sociedade comercial que Hume e alguns outros contemporâneos, como Adam Smith, elogiavam. Para ele, foi na segunda metade do século XVI e no início do XVII que mercadores e trabalhadores envolvidos em atividades comerciais se viram pela primeira vez como peças importantes da economia e das pretensões expansionistas dos monarcas britânicos.⁴⁴

Os apêndices III e IV conversam abertamente com a audiência diversificada do século XVIII. Ainda que a *História da Inglaterra* se restrinja à narração de dinâmicas históricas ocorridas entre a invasão de César e a revolução de 1688, no terceiro e no quarto apêndices, comparações com o presente do autor são recorrentes. Em especial no último deles, localizado logo após o capítulo XLIX, Hume promoveu uma sublimação expressiva da distância histórica, o que permitiu a ele analisar questões e situações cotidianas da sociedade em detalhe.⁴⁵ Os assuntos do apêndice IV são os governos civil e eclesiástico na Inglaterra jacobina, e seus costumes, finanças, marinha mercantil, comércio, manufaturas, novas colônias, educação e arte. De toda maneira, é na abertura do apêndice IV que Hume explicita o motivo pelo qual não somente essa, mas todas as outras três suspensões propostas na narrativa principal para adentrar densas reflexões sobre assuntos entendidos como extra políticos são importantes.

É ali que Hume diz:

Talvez não seja impróprio, neste momento, fazer uma pausa e dar uma olhada na situação do reino, no que diz respeito ao governo, aos costumes, às finanças, às armas, ao comércio e ao aprendizado. Quando não se tem uma noção justa dessas particularidades, a história pode ser pouco instrutiva e, muitas vezes, não será inteligível.⁴⁶

O aspecto mais importante do apêndice IV reside no fato de que se apresenta como uma ode ao modelo de sociedade civilizada que Hume idealizava. Sua descrição do reavivamento das letras é uma das mais densas e detalhadas nas histórias produzidas na Inglaterra e na Escócia na segunda metade do século XVIII. As considerações sobre a personalidade de William

44 HUME, 1983, v. IV, p. 357–358.

45 HUME, David. *The History of England: From the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. vol. 5. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.

46 Ibid., p. 124. Tradução do autor de: “it may not be improper, at this period, to make a pause: and to take a survey of the state of the kingdom, with regard to government, manners, finances, arms, trade, learning. Where a just notion is not formed of these particulars, history can be little instructive, and often will not be intelligible”.

Shakespeare e sobre a composição de suas obras são o clímax do apêndice.⁴⁷ Apesar das críticas de Hume ao dramaturgo e poeta, a importância de Shakespeare é reconhecida e a atenção a ele dispensada por críticos e pela audiência justificada. Tanto Shakespeare quanto Ben Johnson — o segundo o favorito de Hume — são objetos de curtos parágrafos biográficos no apêndice e sua influência sobre o gosto social jacobiano é enfatizada.⁴⁸ Nesse trecho do texto, Hume também tece breves comentários sobre o impacto da literatura e das artes sobre o comportamento social.⁴⁹

Além disso, especialmente a ciência será fulcral ao argumento mais polêmico construído por Hume no último apêndice. Ali ele, mais abertamente do que em qualquer outro momento ao longo de toda a *História*, opina sobre religião e sugere que a crença religiosa comprometia o que ele considerava as formas verdadeiras de conhecimento. Sobre isso, Hume afirma: “toda ciência e literatura polida deve ser considerada como ainda em sua infância” e prossegue dizendo que a educação escolástica e a polêmica crença em divindades tinham, até então, retardado o crescimento de todas as formas dignas de conhecimento.⁵⁰ No mesmo trecho, o principal exemplo de Hume é Henry Saville (1549–1622), que, no preâmbulo de um documento endereçado a professores de matemática e astronomia de Oxford, dizia que a geometria havia sido totalmente abandonada e esquecida em uma Inglaterra que pouca atenção dava à ciência.⁵¹

Como se pôde ver, os apêndices da *História da Inglaterra* revelam que o empenhamento historiográfico de Hume era raramente desapaixonado e comunicava aos leitores aspectos fundamentais de suas crenças e de sua visão de mundo. Para mais, especialmente a *História* foi representativa das mudanças que os historiadores filosóficos escoceses da segunda metade do século XVIII propuseram ao gênero histórico. Tanto Adam Smith quanto Hugh Blair, ambos amigos de Hume e professores de retórica e belas letras, abordaram tal assunto exaustivamente em algumas de suas aulas e textos. Especialmente Blair, em uma de suas falas sobre o gênero histórico na Universidade de Edimburgo, no final da década de 1750, destacou as profundas mutações que a escrita da história sofria à época. Para ele, era inegável que os assuntos

47 Ibid., p. 151–152.

48 HUME, 1983, v. V, p. 152.

49 Ibid., p. 154.

50 Ibid. p. 155. Tradução do autor de: “every science, as well as polite literature, must be considered as/ being yet in its infancy”.

51 Ibid.

das histórias passavam a ser outros; elas, salutarmente, vinham incorporando para si reflexões detalhadas sobre as leis, os costumes, o comércio, a religião, a literatura e quase tudo que explicava as sociedades e o espírito das nações. Cabia então aos historiadores dar atenção equitativa aos eventos, aos costumes e a tudo o que explicava como, em diferentes épocas, a mente humana se comportara. Ainda segundo Blair, essa forma de contar seria “mais útil e interessante do que os detalhes de cercos e batalhas”.⁵²

Em suma, devemos considerar a *História da Inglaterra* como uma história das instituições inglesas, dos costumes locais e das metamorfoses de ambos, a partir de conflitos entre a autoridade e a liberdade e o refinamento e a rusticidade, característicos da natureza humana. Nesse jogo, os apêndices parecem ter a função de traçar as origens dessas intrincadas relações e de suas contradições ao longo do tempo.⁵³ Igualmente, os apêndices anunciam as fricções entre as reivindicações de imparcialidade e o conhecimento histórico perspectivado, em uma hábil construção de aproximações e distanciamentos entre o historiador e seus leitores.

Referências bibliográficas

ALBIERI, Sara. David Hume: Filósofo e Historiador. *Revista Mediações*, v.9, n. 2, p. 19– 36, 2004. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9022>. Acesso em: 24 nov. 2024.

ASSIS, Arthur Alfaix. Alexandre Herculano entre a Parcialidade e a Imparcialidade. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 13, n. 32, p. 289–329, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1525>. Acesso em: 24 nov. 2024.

DUARTE, João de Azevedo e Dias. História, Romance e a “Narrativa Filosófica” no Iluminismo Britânico. *Estudos Históricos*, v. 30, n. 62, p. 555–572,

⁵² Essa citação de Blair é relativamente famosa e repetida por historiadores da historiografia do Iluminismo escocês. Ela, por exemplo, aparece em PHILLIPS, 2000, p. 44 e em EMERSON, Roger L. Hume’s Histories. In: *Essays on David Hume, Medical Men, and the Scottish Enlightenment: “Industry, Knowledge, and Humanity”*. Farnham: Ashgate, 2009, p. 128.

⁵³ GARRIDO, Pedro Paulo Pimenta. Apresentação à edição brasileira. In: HUME, David. *A História da Inglaterra: da Invasão de Júlio César à Revolução de 1688*. São Paulo: UNESP, 2017, p. XI–XII.

2017, Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/69132/70171>. Acesso em 5 dez. 2024, p. 562–563.

GARRIDO, Pedro Paulo Pimenta. Apresentação à edição brasileira. In: HUME, David. *A História da Inglaterra: da Invasão de Júlio César à Revolução de 1688*. São Paulo: UNESP, 2017, pp. VII–XXII.

HARRIS, James A. *Hume: An Intellectual Biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HICKS, Philip. *Neoclassical History and English Culture: From Clarendon to Hume*. New York: St. Martin's Press, 1996.

HOLTHOON, Frédéric L. van. Hume and the 1763 Edition of his History of England: His Frame of Mind as a Revisionist. *Hume Studies*, v. 23, n. 1, p. 133–152, 1997. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/382989?ref=rc>. Acesso em 24 nov. 2024.

HUME, David. *A Treatise of Human Nature: a critical edition*. Volume 1, Texts. NORTON, David Fate; NORTON, Mary J. (eds.). Oxford: Oxford University Press, 2007.

HUME, David. *The History of Great Britain, vol. I, Containing the Reigns of James I and Charles I*. Edinburgh: Hamilton, Balfour, and Neill, 1754.

HUME, David. *The History of England: From the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. vol. 1. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.

HUME, David. *The History of England: From the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. vol. 4. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.

HUME, David. *The History of England: From the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. vol. 5. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.

HUME, David. *The Letters of David Hume*. v. 1. GREIG, James Young Thomson (org.). Oxford: Clarendon Press, 1954.

MUÑOZ, Nuria. Detrás de las palabras: usos políticos del concepto de imparcialidad y su función en la construcción de la América en la Ilustración Española. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 27, p. 202–225, 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1318>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MURPHY, Kathryn, TRANINGER, Anita (eds.). *The Emergency of Impartiality*. Leiden: Brill, 2014.

PITTOCK, Murray. Historiography. In: BROADIE, Alexander (ed.). *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 258–279.

PHILLIPS, Mark Salber. *On Historical Distance*. New Haven: Yale University Press, 2013.

PHILLIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment: Genres of Historical Writing in Britain (1740–1820)*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PHILLIPSON, Nicholas. *David Hume: the Philosopher as Historian*. New Haven: Yale University Press, 2012.

SPENCER, Mark G. *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. State College: Penn State University Press, 2013.

TOWSEY, Mark. *Reading History in Britain and America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

WEXLER, Victor. *David Hume and the History of England*. Philadelphia: Philosophical Society, 1979.

Agradecimentos

Agradeço a Mark G. Spencer, da Brock University, pelos comentários e críticas a algumas das análises presentes neste texto

Recebido em 05 de dezembro de 2024
Aprovado em 05 de fevereiro de 2025